

DOSSIÊ

A CRISE COMO LINGUAGEM POLÍTICA DA EXTREMA DIREITA EUROPEIA

***THE CRISIS AS POLITICAL LANGUAGE OF
THE EUROPEAN FAR RIGHT***

Erivelto Amarante * 

* Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciência Política, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: novo.eri@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa comparativamente a retórica da crise nos programas partidários de cinco partidos de extrema direita europeia: *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Rassemblement National* (França), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos) e *Lega per Salvini Premier* (Itália). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa comparada, orientada pela análise interpretativa de discursos políticos, e busca compreender como a ideia de crise é mobilizada como instrumento de poder simbólico e moral. Argumenta-se que a crise, nesses contextos, não é apenas uma descrição da realidade, mas uma estrutura narrativa que organiza afetos, legitima a autoridade e define os contornos da identidade nacional. O estudo mostra que os partidos analisados articulam soberania, identidade, moral e medo como base de uma gramática política comum diante da globalização e do multiculturalismo. Esse conjunto discursivo converte insegurança em pertencimento e apresenta a restauração como resposta às incertezas contemporâneas.

Palavras-chave: Extrema Direita; Populismo; Discurso Político; Crise; Europa.

ABSTRACT

This article offers a comparative analysis of crisis rhetoric in the party programs of five European far-right parties: *Alternative für Deutschland* (Germany), *Rassemblement National* (France), *Vlaams Belang* (Belgium), *Partij voor de Vrijheid* (Netherlands), and *Lega per Salvini Premier* (Italy). The study adopts a comparative qualitative approach, guided by the interpretive analysis of political discourse, and seeks to understand how the notion of crisis is mobilized as an instrument of symbolic and moral power. It argues that crisis, in these contexts, is not merely a description of reality but a narrative structure that organizes affects, legitimizes authority, and defines the boundaries of national identity. The analysis shows that the parties examined articulate sovereignty, identity, morality and fear as the basis of a shared political grammar in response to globalization and multiculturalism. This discursive configuration transforms insecurity into belonging and presents restoration as a response to contemporary uncertainty.

Keywords: Far Right; Populism; Political Discourse; Crisis; Europe.

INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema direita na Europa nas últimas décadas consolidou-se como um dos fenômenos políticos mais significativos do início do século XXI, articulando-se a transformações estruturais mais amplas da democracia liberal. Diversos autores apontam que esse avanço não pode ser entendido apenas como efeito conjuntural, mas como expressão de mudanças profundas na relação entre Estado, sociedade e representação política (Haggard; Kaufman, 2021; Mounk, 2018). Desde os anos 1990, a expansão da chamada direita radical já havia sido observada em diferentes contextos nacionais, revelando padrões comuns de mobilização em meio à crise de legitimidade das instituições democráticas (Betz, 1994; Ignazi, 2003). Nesse cenário, a retórica da crise ocupa posição central no discurso desses partidos, articulada a múltiplas dimensões – institucional, econômica, cultural e moral.

O presente artigo parte da hipótese de que o discurso da crise constitui o eixo estruturante da retórica da extrema direita europeia contemporânea. Tal discurso opera como gramática política, reorganizando percepções, afetos e identidades coletivas, de maneira semelhante ao que autores como Wodak (2015) e Furedi (2005) descrevem como “política do medo”. A crise, nesses termos, não funciona apenas como diagnóstico de desordem, mas como estrutura narrativa que produz sentido, convertendo incerteza em coesão (Hay, 1999), ressentimento em pertencimento (Casullo, 2019) e medo em fundamento moral da ordem (Eatwell; Goodwin, 2018). Como argumentam Norris e Inglehart (2019), a reação autoritária contemporânea está fortemente enraizada em sentimentos difusos de ameaça cultural e perda de status, o que reforça o papel emocional e identitário das narrativas de crise.

O estudo concentra-se na análise de cinco partidos de extrema direita europeia – *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos), *Rassemblement National* (França) e *Lega per Salvini Premier* (Itália) – cuja diversidade organizacional permite observar convergências discursivas em tradições políticas distintas. Nos termos de Brubaker (2017), essas formações articulam elementos do nacionalismo cultural e do civilizacionalismo, reinterpretando princípios liberais como soberania e identidade em chave excludente. A escolha comparativa possibilita identificar como esses partidos utilizam a ideia de crise para redefinir as fronteiras da comunidade política e legitimar projetos de autoridade, ecoando diagnósticos presentes em obras como De la Torre (2019) e Papas (2019).

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem qualitativa inspirada na análise interpretativa do discurso. Parte-se da concepção de que os textos políticos são práticas sociais que produzem realidade, e não apenas reflexos de ideologias prévias, conforme estabelecido por Fairclough (1992) e aprofundado por Jørgensen e Phillips (2002). Os programas partidários são tratados como artefatos discursivos nos quais se condensam visões de mundo, valores e estratégias de legitimação. A análise comparada, por sua vez, segue os princípios gerais da pesquisa qualitativa de conteúdo, dialogando com autores como Krippendorff (2018) e Mayring (2014), e com a literatura sobre ação coletiva e enquadramentos simbólicos (Cefaï, 2007).

Não obstante, este trabalho também se insere no debate mais amplo sobre o desgaste das democracias liberais. Autores como Levitsky e Ziblatt (2018) e Brown (2015) argumentam que o enfraquecimento das normas democráticas e o avanço da racionalidade neoliberal abriram espaço para discursos que prometem proteção diante da incerteza, enquanto Habermas (2015) destaca o papel da tecnocratização na erosão da participação cidadã. Nesse contexto, a extrema direita se apresenta como

resposta moral e identitária à fragmentação social, transformando a crise em horizonte permanente e reconfigurando o espaço público em termos civilizacionais. Assim, compreender o discurso da crise é essencial para explicar a eficácia contemporânea do populismo de direita, bem como suas implicações para o futuro da democracia europeia.

POPULISMO, CRISE E IDENTIDADE

O conceito de populismo ocupa posição de destaque e, ao mesmo tempo, controversa no debate contemporâneo da ciência política. Tradicionalmente associado a lideranças carismáticas e à simplificação do conflito político, o populismo tem sido definido a partir de múltiplas tradições teóricas. Para Mudde e Rovira Kaltwasser (2017), ele consiste em uma ideologia de baixa densidade que estrutura o mundo político em termos de antagonismo moral entre o “povo puro” e a “elite corrupta”. Essa oposição, como observam também Gidron e Bonikowski (2013), fornece uma classificação simbólica poderosa que reorganiza afetos, identidades e fronteiras políticas. Nas experiências europeias recentes, especialmente na extrema direita, essa lógica se expande em direção a dimensões civilizacionais, articulando a noção de crise a ameaças culturais e morais mais amplas.

Nesse sentido, o populismo de direita distingue-se por vincular o conflito entre povo e elite a uma retórica de homogeneidade cultural e rejeição da diversidade (Betz, 1994; Ignazi, 2003). A ideia de crise torna-se, então, peça central do enquadramento discursivo dessas formações políticas, pois funciona como gatilho emocional que legitima o fechamento identitário e a desconfiança em relação a instituições democráticas. Para Canovan (1999), a força do populismo reside justamente em transformar tensões sociais em dilemas morais e em converter inquietações difusas em demandas políticas unificadas. Casullo (2019) acrescenta que o populismo opera como narrativa explicativa capaz de fornecer sentido a contextos de incerteza, articulando medo, frustração e expectativa de restauração.

A perspectiva discursiva proposta por Laclau (2005) aprofunda esse entendimento ao definir o populismo como lógica de articulação que conecta demandas sociais dispersas por meio da construção de equivalências. Essa lógica permite compreender como partidos de extrema direita reúnem crises econômicas, migratórias, culturais e de segurança sob um mesmo horizonte de ameaça. Como argumentam Eatwell e Goodwin (2018), o “nacional-populismo” contemporâneo transforma a insegurança cultural em fundamento político, articulando ressentimento, identidade e medo. O discurso populista de direita, assim, produz explicações simplificadoras que reduzem a complexidade social a um antagonismo moral.

Além disso, autores como De la Torre (2019) e Moffitt (2016) destacam a dimensão performática do populismo, mostrando como a política do estilo e a dramatização da crise contribuem para sua eficácia comunicativa. A crise não é apenas descrita, mas encenada como ameaça constante, o que permite aos líderes populistas se apresentarem como mediadores entre o povo e o perigo. Essa teatralização, como enfatiza Wodak (2015), integra uma política das emoções na qual medo, ressentimento e indignação são mobilizados como forma de construção comunitária.

A relação entre populismo e identidade é igualmente central. Para Brubaker (2017), identidades nacionais têm se tornado categorias cada vez mais moralizadas, nas quais civilização, religião e cultura operam como marcadores de pertencimento. Em sociedades nas quais o multiculturalismo é retratado como decadência ou dissolução, a extrema direita reconfigura o “povo” como entidade homogênea e ameaçada. Norris e Inglehart (2019) argumentam que esse processo se insere no contexto mais

amplo do *cultural backlash*, no qual segmentos sociais experimentam mudanças culturais aceleradas como perda de status.

Wodak (2020) observa que essa dinâmica se associa à produção discursiva de diferenças tratadas como ameaças intrínsecas, o que serve para justificar mecanismos de exclusão. Andersson (2019) reforça essa leitura ao mostrar como narrativas sobre fronteiras, risco e insegurança articulam medo e soberania, reconfigurando as formas de gestão da crise no campo político.

Dessa maneira, a crise assume função estruturante ao fornecer o pano de fundo dramático que legitima discursos identitários e autoritários. Como mostra Urbinati (2019), o populismo transforma a representação democrática em relação direta entre líder e povo, reforçando a tensão entre pluralismo e homogeneidade. Brown (2015) e Habermas (2015) destacam que essa dinâmica se intensifica em contextos de desdemocratização e tecnocratização, nos quais a sensação de perda de controle é traduzida em demanda por fechamento e autoridade. A narrativa da crise, assim, converte vulnerabilidades sociais em moralidade política.

A CRISE COMO GRAMÁTICA POLÍTICA

Em termos conceituais, a crise opera como chave narrativa que articula temporalidade, juízo e percepção moral, sendo mobilizada por atores políticos para definir momentos de ruptura e legitimar respostas excepcionais. A extrema direita europeia apropria-se dessa tradição ao transformar a crise em narrativa totalizante, capaz de organizar visões de mundo e orientar respostas políticas e emocionais. Essa operação está diretamente vinculada ao modo como discursos são performados e reiterados no espaço público, conforme sugere a perspectiva crítica sobre discurso desenvolvida por Fairclough (1992) e aprofundada nas análises sociopolíticas de Wodak (2015) sobre a retórica do medo.

A linguagem da crise também revela sua dimensão política como construção estratégica. Como argumenta Hay (1999), crises não são apenas estados objetivos, mas enquadramentos interpretativos que definem o que deve ser percebido como ameaça e que tipo de ação estatal é considerada legítima. Esse ponto é aprofundado por Boin *et al.* (2009), ao demonstrarem que a construção pública de crises envolve a disputa pela autoridade interpretativa e pela capacidade de gerir a exceção. No caso da extrema direita europeia, tal capacidade é reivindicada por meio da produção constante de um cenário de urgência. Assim, a crise deixa de ser evento pontual e passa a funcionar como estrutura permanente de significação, reconfigurando as fronteiras do debate democrático.

Além disso, a crise se converte em recurso que permite a simplificação de conflitos sociais complexos. Para Mudde (2019), a extrema direita opera por meio de oposições binárias – entre “povo” e “outros”, entre “civilização” e “ameaça” – que transformam ambivalências em certezas morais. Essa estrutura moralizante da política também aparece na leitura de Casullo (2019), que descreve o poder explicativo das narrativas populistas em contextos de insegurança. Nesse quadro, a crise é manejada como trama unificadora que oferece causalidade, coerência e direção emocional a públicos heterogêneos. A força dessa gramática reside justamente em sua capacidade de converter incertezas estruturais em narrativas de declínio, ameaça e necessidade de restauração.

Do ponto de vista discursivo, essa construção é inseparável da performatividade, pois, ao declarar a existência de uma crise, o ator político produz as condições de sua

própria autoridade. Essa perspectiva encontra eco no entendimento de que discursos configuram realidades, central em autores como Jørgensen e Phillips (2002). A extrema direita europeia utiliza essa performatividade para instituir um estado permanente de alerta, no qual a figura do líder aparece como mediadora entre o perigo e a proteção. Tal operação dialoga com a concepção de populismo enquanto lógica de construção de antagonismos, conforme sistematizado por Laclau (2005), para quem a articulação discursiva cria equivalências entre demandas dispersas e produz identidades políticas unificadas.

A crise também se manifesta como narrativa de temporalidade. Diversos partidos constroem o presente como momento de decadência e o passado como período de ordem e pureza, estabelecendo o que Norris e Inglehart (2019) descrevem como “reação cultural”. Esse movimento reforça a promessa de restauração típica do populismo de direita, que, nas análises de Eatwell e Goodwin (2018), opera a partir de um ressentimento difuso em relação às transformações socioculturais recentes. A crise, nesse sentido, não é apenas um diagnóstico, mas um plano moralizante de ação política, no qual a autoridade aparece como caminho para a reconstrução simbólica de uma comunidade ameaçada.

A gramática política da crise articula emoção, identidade e poder. A extrema direita europeia utiliza a crise para tornar palpáveis medos difusos, convertendo-os em demandas políticas e legitimações da autoridade. Como indicam Brubaker (2017) e De Cesari e Kaya (2020), essa articulação costuma assumir contornos civilizacionais, enquadrando conflitos políticos como lutas pela sobrevivência de modos de vida. É justamente essa dimensão civilizacional que torna o discurso da crise tão eficaz e duradouro: ele transforma vulnerabilidade em coesão, ameaça em identidade e medo em projeto político.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter comparado, fundamentada na análise interpretativa dos programas partidários de cinco formações contemporâneas da extrema direita europeia¹: *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos), *Rassemblement National* (França) e *Lega per Salvini Premier* (Itália). Tal escolha metodológica decorre da compreensão de que discursos políticos são práticas sociais que constroem significados e moldam percepções coletivas, perspectiva amplamente desenvolvida pela análise crítica do discurso (Fairclough, 1992; Van Dijk, 1998) e pela tradição construcionista da análise de enquadramentos (Jørgensen; Phillips, 2002). A natureza simbólica e performativa desses discursos justifica o enfoque interpretativo aplicado ao material textual.

A opção pela comparação busca identificar padrões discursivos transnacionais, sem pretensão de generalização universalista. Em consonância com os debates sobre transformações políticas após a Grande Recessão, a comparação qualitativa permite captar como processos socioeconômicos amplos se articulam a repertórios específicos de cada contexto nacional (Kriesi; Pappas, 2024). A extrema direita europeia, como observa Ignazi (2003), compartilha estruturas ideológicas e estratégias retóricas que se disseminam além das fronteiras nacionais, o que torna o método comparativo particularmente adequado.

¹ Os programas partidários utilizados como corpus estão disponíveis para consulta em: http://drive.google.com/drive/folders/1MzxVarRMSKVJ_5pG7wGhKClT9cbsUus-.

O procedimento metodológico foi organizado em três etapas. Primeiro, realizou-se a leitura integral dos programas partidários mais recentes, identificando vocabulários e categorias centrais ligadas à crise, soberania, identidade e moral. Em seguida, aplicou-se uma estratégia de codificação temática orientada pela análise de conteúdo qualitativa, de acordo com os princípios estabelecidos por Mayring (2014) e Krippendorff (2018), combinando categorias dedutivas – derivadas da literatura sobre populismo e extrema direita – e categorias emergentes do corpus.

Realizou-se uma comparação transversal das categorias, buscando padrões de semelhanças e diferenças entre os casos. Essa articulação entre teoria e empiria segue o entendimento de que discursos populistas operam como lógicas de articulação que unificam diferentes demandas e percepções sociais (Laclau, 2005; Canovan, 1999). Assim, a análise não se limita ao conteúdo dos programas, mas considera sua função na construção de identidades políticas e afetos coletivos, como enfatizado por autores que discutem o populismo como estilo performativo e emocional (Moffitt, 2016; Casullo, 2019).

A escolha dos programas partidários como fonte empírica deve-se ao fato de que constituem documentos oficiais que condensam visões de mundo, estratégias políticas e valores morais dos partidos, funcionando como artefatos discursivos de alta densidade simbólica. Além disso, o uso de documentos públicos favorece uma análise consistente com a perspectiva do populismo enquanto fenômeno que se legitima por meio da linguagem (Mudde; Kaltwasser, 2017; Eatwell; Goodwin, 2018).

A pesquisa também incorpora uma postura reflexiva, reconhecendo que toda análise qualitativa envolve interpretação e seleção teórica. Como sugerem Boin *et al.* (2009) ao tratar de crises e processos decisórios, eventos e discursos são moldados tanto pelas estruturas institucionais quanto pelas percepções construídas pelos atores políticos. Assim, considera-se que a retórica da extrema direita organiza as crises não apenas como descrições factuais, mas como artefatos que orientam respostas emocionais e políticas.

A triangulação teórica foi empregada como mecanismo de robustez analítica, articulando debates sobre populismo (De la Torre, 2019; Urbinati, 2019), sobre crise e transformação institucional (Hay, 1999; Habermas, 2015) e sobre tensões democráticas contemporâneas (Levitsky; Ziblatt, 2018; Mounk, 2018). Essa combinação permitiu compreender como a retórica da crise se insere tanto em processos estruturais quanto em disputas discursivas específicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crise da soberania constitui um dos pilares estruturantes da retórica da extrema direita europeia, funcionando como chave interpretativa para o diagnóstico de desordem institucional e cultural. Esse enquadramento dialoga com análises clássicas que descrevem a ascensão de partidos radicais como reação ao desgaste das estruturas liberais e à insegurança provocada pela globalização (Betz, 1994; Ignazi, 2003). No discurso desses partidos, a soberania é representada como patrimônio nacional ameaçado por processos supranacionais, elites cosmopolitas e deslocamentos populacionais. Essa reconstrução simbólica corresponde ao que parte da literatura identifica como crise de autoridade típica das democracias liberais contemporâneas (Habermas, 2015; Brown, 2015).

No caso da Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) articula sua crítica principalmente à União Europeia, retratando a integração regional como mecanismo

de perda de autonomia decisória. Esse tipo de argumento acompanha discussões mais amplas sobre o deslocamento de competências para instâncias tecnocráticas e sobre as tensões entre governança multinível e legitimidade democrática (Hay, 1999; Haggard; Kaufman, 2021). O discurso soberanista da *AfD* opera, assim, como resposta discursiva que associa fragilização institucional e ameaças culturais, reforçando uma percepção unificada de crise.

Na França, o *Rassemblement National* mobiliza a soberania como recurso moral, enfatizando que a identidade francesa estaria sendo diluída por políticas migratórias e agendas globalistas. Essa articulação insere-se no que Brubaker (2017) caracteriza como deslocamento do nacionalismo para um registro civilizacional, no qual cultura, memória e modo de vida tornam-se pilares da reivindicação política. Ao mesmo tempo, essa moralização da soberania ecoa o padrão populista descrito por Canovan (1999), em que a vontade do povo é contraposta a elites percebidas como traidoras da comunidade nacional.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* formula a soberania em chave étnico-cultural, reivindicando autodeterminação flamenga e rejeitando tanto o federalismo quanto o multiculturalismo. A construção de uma fronteira identitária rígida, sustentada por uma concepção homogênea de povo, aproxima-se das análises que apontam para o uso da identidade como mecanismo de mobilização emocional diante de transformações sociais aceleradas (Casullo, 2019; Wodak, 2015).

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* enfatiza a soberania como proteção civilizacional, combinando críticas à União Europeia com a representação do Islã como ameaça estrutural. Essa forma de enquadramento remete ao “*backlash* cultural”, que, segundo Norris e Inglehart (2019), impulsiona movimentos de direita radical ao oferecer uma narrativa de declínio moral e cultural. A soberania é apresentada como escudo necessário diante da suposta corrosão de valores ocidentais.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* associa a crise soberana a problemas econômicos e migratórios, inserindo a temática no contexto de descrença institucional mais amplo. Tal dinâmica corresponde às análises que identificam na erosão da confiança democrática e no ressentimento social os principais motores da retórica populista contemporânea (Mounk, 2018; Urbinati, 2019). A defesa da soberania converte-se, assim, em promessa simultaneamente política e afetiva.

De modo geral, a leitura comparada desses casos permite observar que a soberania funciona como categoria organizadora das percepções de ameaça e instabilidade. Essa interpretação está alinhada com estudos que mostram como partidos populistas transformam disputas políticas complexas em narrativas totalizantes de perda e restauração (Moffitt, 2016; De la Torre, 2019). A soberania, portanto, adquire papel simbólico central na construção da crise, articulando temores sociais e justificando projetos de fechamento político.

Quadro 1 – Sentidos da soberania no discurso da extrema direita europeia

Partido	Eixo dominante da soberania	Inimigo discursivo	Estratégia retórica central
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Soberania institucional e jurídica	União Europeia e elites tecnocráticas	Defesa da autoridade nacional contra a burocratização continental
<i>Rassemblement National</i> (França)	Soberania moral e cultural	Globalismo e imigração	Revalorização da nação como entidade moral e civilizacional
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Soberania étnico-cultural	Federalismo belga e multiculturalismo	Identidade flamenga como fundamento da legitimidade política
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Soberania civilizacional	Islã e União Europeia	Defesa da cultura ocidental como bastião da liberdade
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Soberania nacional e social	União Europeia e imigração irregular	Reforço do Estado como protetor das famílias e dos valores tradicionais

Fonte: Elaboração própria (2025).

A leitura comparativa do **Quadro 1** revela que, apesar das diferenças contextuais, todos os partidos analisados compartilham uma concepção de soberania fundada na ideia de perda e ameaça. A União Europeia, a imigração e o cosmopolitismo são constantemente representados como forças dissolventes, responsáveis pela erosão da autoridade e pela desagregação moral. A soberania, portanto, assume papel simbólico de escudo protetor, oferecendo ao eleitorado a sensação de controle diante da insegurança. Nesse sentido, análises sobre populismo e crise destacam que a retórica soberanista opera como construção discursiva que produz a percepção de autonomia mesmo em contextos de forte interdependência internacional, funcionando como mecanismo de simplificação moral do mundo político (Mudde, 2019; Canovan, 1999; Kriesi; Pappas, 2024). A extrema direita europeia transforma esse enquadramento em recurso político, convertendo o desejo de estabilidade em argumento para o fechamento autoritário.

A crise da identidade cultural é um dos eixos centrais da retórica da extrema direita europeia e constitui o principal mecanismo de transformação de problemas políticos em ameaças existenciais. Essa crise é apresentada como consequência da modernidade cosmopolita, da imigração e da globalização, fenômenos que, segundo esses partidos, teriam provocado a desagregação dos valores nacionais e a perda de continuidade histórica. Pesquisas contemporâneas demonstram que as identidades são moldadas por processos discursivos e não representam essências fixas, embora a extrema direita busque naturalizá-las e convertê-las em herança moral inquestionável (Brubaker, 2017; Norris; Inglehart, 2019). A crise, nesse contexto, torna-se um enredo moral que apresenta a diversidade como sinal de colapso social.

Na Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) formula uma concepção defensiva de identidade nacional, enfatizando a necessidade de preservar a cultura alemã diante da pluralidade. Essa visão encontra ressonância em análises que mostram como o populismo de direita reconfigura a identidade nacional em termos civilizacionais, associando cultura, tradição e cristianismo a fronteiras morais (Brubaker, 2017). Ao fazer isso, o partido essencializa a identidade alemã e transforma a diferença em ameaça existencial.

Na França, o *Rassemblement National* (RN) faz da identidade o núcleo simbólico de sua narrativa política. O partido descreve a França como civilização ameaçada e utiliza

uma retórica culturalista que distingue grupos supostamente compatíveis daqueles considerados irrecuperáveis. Esse processo reflete dinâmicas analisadas nos estudos sobre a nova direita europeia, especialmente no que se refere à articulação entre diferencialismo cultural e ressentimento social (Pierre-André, 1994). A crise da identidade, no caso francês, é narrada como invasão moral e espiritual, justificando políticas de exclusão em nome da proteção nacional.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* constrói sua política identitária a partir da ideia de pureza cultural flamenga. O partido representa o multiculturalismo como um experimento fracassado e sustenta que somente uma comunidade homogênea pode garantir estabilidade política. Essa operação discursiva ecoa diagnósticos sobre a ascensão de partidos etnonacionalistas na Europa, que combinam identidade cultural e crítica ao sistema político como forma de reforçar fronteiras internas (Ignazi, 2003). A identidade, portanto, é convertida em critério de pertencimento político e moral.

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* (PVV) estrutura seu discurso na defesa da identidade holandesa ocidental e judaico-cristã, associando a perda dessa identidade à islamização. Essa estratégia segue uma lógica pela qual o populismo de direita transforma valores liberais em elementos de distinção civilizacional, empregando-os de maneira seletiva para justificar políticas de fechamento (Eatwell; Goodwin, 2018). A crise da identidade, nesse caso, é articulada como ameaça à civilização ocidental.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* associa a identidade nacional a valores familiares, religiosos e territoriais. O partido mobiliza o temor da perda cultural e moral como fundamento de um projeto de renovação nacional. Essa combinação de conservadorismo social e populismo emocional se alinha ao entendimento de que a extrema direita se sustenta em vínculos afetivos que definem a comunidade como corpo moral ameaçado (Urbinati, 2019). Assim, a crise identitária é convertida em apelo à regeneração moral da nação.

A comparação apresentada no **Quadro 2** evidencia que a crise da identidade cultural é construída como narrativa transversal, adaptada às especificidades nacionais. Em todos os casos, a identidade é convertida em essência moral e apresentada como vítima da modernidade cosmopolita. O multiculturalismo, longe de ser tratado como riqueza, é descrito como ameaça existencial. A retórica da extrema direita transforma o medo da diferença em linguagem de pertencimento e substitui o ideal de cidadania pela noção de pureza cultural. Pesquisas sobre discurso político indicam que essa estratégia forma fronteiras simbólicas entre grupos considerados autênticos e aqueles classificados como corruptores, reforçando a autoridade como expressão de proteção (Wodak, 2015). Assim, a crise da identidade cultural consolida o papel do nacionalismo emocional como núcleo de coesão da extrema direita europeia contemporânea.

Quadro 2 – A crise da identidade cultural no discurso da extrema direita europeia

Partido	Núcleo simbólico da identidade	Ameaça principal	Estratégia discursiva
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Cultura alemã e tradição cristã	Multiculturalismo e imigração	Defesa da homogeneidade cultural como base da ordem social
<i>Rassemblement National</i> (França)	Civilização francesa e valores republicanos	Imigração de massa e globalismo	Reinterpretação da nação como corpo moral e civilizacional
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Identidade flamenga étnico-cultural	Federalismo e multiculturalismo	Separatismo como forma de proteção cultural
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Cultura ocidental e valores liberais	Islã e relativismo multicultural	Islamofobia cultural e defesa civilizacional
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Tradição familiar e cristã	Globalismo e imigração irregular	Conservadorismo moral e apelo emocional à pátria

Fonte: Elaboração própria (2025).

A crise moral e civilizacional constitui uma das dimensões mais abrangentes e simbólicas da retórica da extrema direita europeia. Essa dimensão transcende as fronteiras políticas e econômicas e se inscreve em um horizonte de sentido mais profundo, no qual o declínio dos valores tradicionais é percebido como perda de valores e decadência espiritual. Tal como argumentam Norris e Inglehart (2019), transformações culturais recentes provocam reações que buscam reafirmar normas tradicionais sobre autoridade, gênero e religião, e esse movimento é central para compreender o enquadramento moral da extrema direita. No imaginário desses partidos, tais mudanças são narradas como ruptura da continuidade civilizacional e como ameaça à própria existência do Ocidente, de modo que a crise moral é elevada a fundamento da crise geral da modernidade.

Na Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) articula a crise moral à perda de disciplina social e à erosão da autoridade. O partido defende a restauração de valores tradicionais e responsabiliza o liberalismo cultural pela fragilização da coesão nacional. Essa retórica moraliza a política ao tratar práticas divergentes da moral majoritária como sinais de degeneração. Conforme sugere Wodak (2015), discursos da extrema direita frequentemente mobilizam narrativas de pureza moral para fortalecer a identificação coletiva e reforçar uma visão hierárquica da sociedade. No caso alemão, essa pureza aparece como resistência à relativização ética e à influência de valores percebidos como externos à cultura europeia, transformando a moralidade em fronteira simbólica e propondo o retorno à ordem como solução para a desorientação contemporânea.

Na França, o *Rassemblement National* (RN) formula uma visão de mundo na qual moral e civilização se confundem. O partido afirma que a França vive um processo de decadência espiritual marcado pela desintegração familiar e pela secularização promovida pelas elites cosmopolitas. Essa narrativa se articula com a crítica cultural mais ampla descrita por Betz (1994), segundo a qual a direita radical europeia constrói diagnósticos de declínio que justificam projetos de restauração social. No RN, tal diagnóstico sustenta a defesa dos valores considerados perenes da nação e legitima um projeto de regeneração civilizacional orientado pela revalorização da tradição e da autoridade.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* interpreta a crise moral como consequência da modernidade liberal e do multiculturalismo. O partido sustenta que a sociedade flamenga perdeu seu senso de disciplina e dever, e que o relativismo ético dilui as bases da convivência comunitária. Essa crítica, como indicam Eatwell e Goodwin (2018), reflete uma reação ao que é percebido como erosão cultural nas democracias ocidentais, mobilizando o ressentimento como recurso de unificação identitária. Assim, o *Vlaams Belang* usa o discurso moral para apresentar-se como força de restauração da dignidade flamenga, vinculando moralidade e soberania dentro de uma mesma gramática política.

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* (PVV) combina a defesa da moral ocidental com o discurso da ameaça islâmica. O partido afirma que o país enfrenta uma crise de valores e que o relativismo multicultural compromete a liberdade, a igualdade e os direitos das mulheres. Essa apropriação seletiva de princípios liberais corresponde ao que Van Dijk (1998) identifica como estratégia discursiva que transforma valores democráticos em instrumentos de exclusão. No PVV, a moralidade torna-se critério de civilização, associando o Islã à opressão e o Ocidente à emancipação, de modo que a crise moral é representada como conflito civilizacional e a defesa da liberdade se converte em argumento para políticas autoritárias.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* associa a crise moral à degradação das estruturas familiares e à perda da fé religiosa. O partido defende um projeto de renascimento ético e espiritual da Itália no qual a moral é apresentada como fundamento da nação. Essa narrativa articula religião, patriotismo e medo social, oferecendo uma visão redentora da política. Como afirmam Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo moral da direita redefine o povo como entidade virtuosa, contraposta a elites consideradas imorais. A *Lega* mobiliza essa dicotomia ao propor a moral como instrumento de purificação coletiva, ressignificando a crise civilizacional como oportunidade de reconstrução moral, em que a restauração da fé e da autoridade aparece como solução para a incerteza.

Quadro 3 – A crise moral e civilizacional na extrema direita europeia

Partido	Núcleo moral e civilizacional	Ente culpado pela decadência	Estratégia retórica central
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Autoridade, disciplina e tradição	Liberalismo cultural e imigração	Moralização da política e defesa da ordem
<i>Rassemblement National</i> (França)	Civilização cristã e valores nacionais	Cosmopolitismo e secularização	Regeneração espiritual e mito do declínio
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Dever, disciplina e coesão comunitária	Multiculturalismo e relativismo moral	Moralidade como base da soberania
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Liberdade e valores ocidentais	Islã e relativismo cultural	Defesa civilizacional e inversão do discurso liberal
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Fé, família e comunidade nacional	Globalismo e dissolução moral	Renascimento ético e restauração da autoridade

Fonte: Elaboração própria (2025).

A leitura do **Quadro 3** demonstra que, para a extrema direita europeia, a crise moral e civilizacional funciona como narrativa totalizante que unifica diferentes dimensões do medo contemporâneo. A perda de valores é convertida em sinal de decadência, e a restauração moral é apresentada como missão política. O discurso da crise civilizacional legitima práticas autoritárias ao propor a ordem como condição da virtude. Como apontam autores que analisam a ascensão do populismo e o recurso crescente à nostalgia civilizacional, como Eatwell e Goodwin (2018), essa retórica converte memórias idealizadas do passado em instrumentos de exclusão, reforçando a moralidade como eixo estruturante da identidade política da direita radical.

O medo ocupa posição basilar na estrutura discursiva da extrema direita europeia. Ele funciona como emoção política e como dispositivo de mobilização coletiva, transformando a insegurança social em coesão identitária. A literatura que examina a política do medo no contexto populista, como Wodak (2015), mostra que essa emoção opera como mecanismo de ordenação moral, organizando percepções sobre perigo e justificando respostas excepcionais. Nos programas partidários analisados, o medo aparece não como emoção individual, mas como experiência compartilhada que exige proteção, sendo mobilizado para apresentar o líder e o Estado como garantias de segurança diante de um mundo descrito como instável.

Na Alemanha, o *Alternative für Deutschland* (AfD) constrói o medo como reação à perda de controle sobre fronteiras e tradições, associando-o à ameaça de desintegração cultural e moral. O partido enfatiza a necessidade de proteção do “povo alemão” contra forças externas percebidas como desestabilizadoras. Essa lógica se aproxima do que Mudde (2019) descreve como uso estratégico da insegurança para reforçar fronteiras simbólicas e legitimar políticas de exclusão em nome da autopreservação. Assim, o medo é convertido em virtude cívica e articulado à defesa da identidade nacional.

Na França, o *Rassemblement National* (RN) utiliza o medo como linguagem de moralização social, descrevendo o país como ameaçado pela criminalidade, pela imigração e pela decadência dos valores tradicionais. Essa retórica se vincula ao que Norris e Inglehart (2019) definem como reação cultural conservadora, na qual a incerteza diante de mudanças sociais é convertida em demanda por autoridade e restauração moral. O RN transforma o medo do futuro em justificativa para políticas de vigilância e fortalecimento do Estado, recorrendo à idealização de um passado de ordem e estabilidade.

Na Bélgica, o *Vlaams Belang* mobiliza o medo como instrumento de coesão étnica, sustentando que a imigração e o multiculturalismo provocam insegurança e corroem os valores flamengos. Essa operação discursiva se aproxima do que Brubaker (2017) identifica como deslocamento do nacionalismo para uma lógica civilizacional, na qual a proteção da cultura passa a ser apresentada como dever moral e político. O medo funciona como base emocional para reforçar a ideia de ameaça constante e para legitimar projetos de fechamento identitário.

Nos Países Baixos, o *Partij voor de Vrijheid* (PVV) explora o medo como eixo civilizacional, argumentando que “a liberdade está em risco” diante da islamização e da complacência liberal. Essa lógica reflete o que Casullo (2019) discute sobre a capacidade do populismo de produzir explicações moralizadas para incertezas sociais, convertendo tensões culturais em narrativas de ameaça. O PVV transforma a vigilância e o fechamento cultural em deveres patrióticos ao apresentar o medo como consciência moral necessária para preservar os valores ocidentais.

Na Itália, a *Lega per Salvini Premier* incorpora o medo como elemento estruturante de sua narrativa populista, enfatizando insegurança econômica, criminalidade e imigração irregular como sinais de uma Itália sitiada. Essa estratégia se alinha ao que Mounk (2018) observa sobre o avanço de discursos que vinculam crises sociais a demandas por líderes fortes capazes de restaurar ordem e estabilidade. O medo é legitimado como sentimento coletivo, canalizado para a defesa da pátria e da moral, e utilizado para criar uma comunidade emocional entre os “bons italianos” ameaçados por forças externas e internas.

Quadro 4 – O papel do medo na retórica da extrema direita europeia

Partido	Fonte do medo	Função política do medo	Estratégia discursiva
<i>Alternative für Deutschland</i> (Alemanha)	Imigração e perda de controle cultural	Legitimação da exclusão e defesa da soberania	Territorialização do medo e moralização da segurança
<i>Rassemblement National</i> (França)	Decadência moral e imigração	Reforço da autoridade moral e nostalgia nacional	Medo como diagnóstico coletivo e redenção política
<i>Vlaams Belang</i> (Bélgica)	Multiculturalismo e insegurança urbana	Coesão étnica e legitimação do separatismo	Medo como prova de patriotismo e pureza cultural
<i>Partij voor de Vrijheid</i> (Países Baixos)	Islamização e relativismo liberal	Defesa civilizacional e vigilância moral	Romantização do medo como consciência patriótica
<i>Lega per Salvini Premier</i> (Itália)	Imigração irregular e insegurança econômica	Mobilização populista e liderança protetora	Transformação do medo em solidariedade nacional

Fonte: Elaboração própria (2025).

O **Quadro 4** sintetiza como o medo opera como emoção política estruturante na retórica da extrema direita europeia. Apesar das variações contextuais, todos os partidos utilizam o medo como princípio de mobilização moral e identitária. Ele cumpre dupla função: diagnosticar a crise e justificar a autoridade. Como destacam Norris e Inglehart (2019), formas contemporâneas de insegurança e ansiedade sociocultural tendem a ser apropriadas por discursos que enfatizam a ameaça e a necessidade de proteção. A extrema direita converte esse sentimento em narrativa redentora, na qual o perigo é permanente e a segurança depende da obediência à autoridade. O medo, portanto, transforma-se em gramática política da salvação e legitima o fechamento de fronteiras, identidades e instituições como horizonte de estabilidade.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como propósito examinar, em perspectiva comparada, a gramática discursiva da extrema direita europeia a partir da análise qualitativa de programas partidários da *Alternative für Deutschland* (Alemanha), *Vlaams Belang* (Bélgica), *Partij voor de Vrijheid* (Países Baixos), *Rassemblement National* (França) e *Lega per Salvini Premier* (Itália). O objetivo foi compreender como esses partidos constroem a ideia de “crise” como instrumento político e simbólico de legitimação. Partiu-se da hipótese

de que o discurso da crise não é apenas uma resposta a contextos de instabilidade, mas o próprio núcleo estruturante da retórica da extrema direita contemporânea, funcionando como dispositivo de mobilização emocional e moral, tal como apontam estudos sobre populismo e medo político (Furedi, 2005; Eatwell; Goodwin, 2018).

A análise mostrou que a crise é apresentada, nesses programas, como fenômeno total, capaz de englobar dimensões políticas, culturais e civilizacionais. O conceito de soberania emerge como eixo fundacional, articulado à ideia de perda e à promessa de restauração da autoridade estatal, em linha com diagnósticos sobre transformação institucional e tensões democráticas (Habermas, 2015; Haggard; Kaufman, 2021). A identidade cultural, por sua vez, é narrada como patrimônio ameaçado pela imigração, pelo cosmopolitismo e pelo multiculturalismo, elementos que, segundo a literatura sobre populismo nacionalista, são frequentemente convertidos em marcadores de conflito (Brubaker, 2017; Mudde; Kaltwasser, 2017). Já a dimensão moral e civilizacional reforça a percepção de declínio, transformando a política em missão de salvação cultural, tal como analisado por autores que tratam do populismo como estilo moralizado de representação (Moffitt, 2016; Urbinati, 2019).

O eixo do medo emergiu como categoria transversal que confere unidade às demais dimensões. Ele opera como emoção política capaz de transformar incertezas em coesão simbólica, legitimando tanto a concentração de poder quanto a vigilância reforçada. O medo, longe de ser um mero subproduto, constitui um princípio ativo da política da extrema direita, oferecendo uma gramática emocional para o autoritarismo e reforçando os contornos de um “nós” ameaçado por adversários internos e externos (Wodak, 2015; Norris; Inglehart, 2019). Essa dinâmica evidencia o caráter performativo do discurso da crise, no qual a emoção atua simultaneamente como meio e como finalidade política.

Os resultados obtidos permitem sustentar a hipótese central de que a “crise”, no vocabulário da extrema direita, cumpre função de produção de sentido e de poder. Ao acionar a perda da soberania, da identidade e da moral, esses partidos constroem uma linguagem de urgência e restauração que desloca o debate democrático. Mais do que descrever a realidade, o discurso a reconfigura em termos morais e civilizacionais, funcionando como estrutura interpretativa que dá inteligibilidade a um mundo percebido como caótico. Essa constatação reforça análises que entendem o populismo como lógica de construção de fronteiras políticas e identitárias (Laclau, 2005; Canovan, 1999).

Teoricamente, o artigo contribui para o debate sobre populismo e autoritarismo ao mostrar que a crise opera como categoria mediadora entre afetos e política. A literatura clássica destaca a polarização entre povo e elite, mas o material empírico analisado sugere que a extrema direita europeia acrescenta um terceiro polo: o da civilização, entendida como horizonte moral ameaçado (Papas, 2019; De la Torre, 2019). Essa ampliação semântica da crise ajuda a explicar a ressonância contemporânea do discurso autoritário em sociedades democráticas, nas quais o medo da perda cultural substitui o temor do próprio autoritarismo.

Apesar da consistência dos achados, o estudo apresenta limitações inerentes à abordagem qualitativa e documental. A análise concentrou-se em programas partidários, que representam versões formais e codificadas do discurso político. Outras esferas comunicativas, como redes sociais, entrevistas, intervenções parlamentares e materiais de campanha, poderiam revelar variações significativas na construção da crise. Ademais, o foco em cinco casos europeus limita a generalização, embora forneça bases sólidas para comparações futuras com contextos das Américas,

onde fatores como religião e anti-intelectualismo assumem papel mais visível (Mounk, 2018; Levitsky; Ziblatt, 2018).

Futuras pesquisas poderão ampliar o alcance comparativo, incorporar metodologias mistas ou examinar como a retórica da crise se materializa em práticas de governança. Tais investigações permitiriam observar em que medida narrativas de ameaça se convertem em políticas concretas de controle, exclusão e centralização, fortalecendo a compreensão sobre o vínculo entre discurso e ação.

Conclui-se que o discurso da crise não é mera reação ao presente, mas a forma pela qual a extrema direita europeia organiza temporalidades, afetos e identidades políticas. Ao transformar o medo em narrativa, a nostalgia em horizonte e a autoridade em virtude, esses partidos convertem incerteza em pertencimento e desconfiança em ordem. Compreender essa lógica é essencial para a defesa da democracia, pois revela como formas contemporâneas de autoritarismo se consolidam não pela coerção direta, mas pela promessa sedutora de proteção diante de um mundo percebido como em colapso. A crise, assim, permanece o idioma político estruturante de uma era em que a esperança cede lugar à ansiedade como linguagem do futuro.

SOBRE O AUTOR

Erivelto Amarante – Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, com atuação nas áreas de comunicação política, mídia e comportamento político. Mestre em Comunicação e especialista em Sociologia Política pela mesma instituição.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSSON, Ruben. *No go world: How fear is redrawing our maps and infecting our politics*. University of California Press, 2019.
2. BETZ, Hans-Georg. *Radical right-wing populism in Western Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 1994.
3. BOIN, Arjen et al. *The politics of crisis management: Public leadership under pressure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
4. BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.
5. BRUBAKER, Rogers. Between nationalism and civilizationism: The European populist moment in comparative perspective. *Ethnic and Racial Studies*, v. 40, n. 8, p. 1191-1226, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870.2017.1294700>
6. CANOVAN, Margaret. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00184>
7. CASULLO, María Esperanza. *¿Por qué funciona el populismo? El discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis*. Siglo XXI Editores, 2019.
8. CEFAÍ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on. Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte, 2007.
9. DE CESARI, Chiara; KAYA, Ayhan. *European memory in populism. Representations of self and other*. Londres: Routledge, 2020.
10. DE LA TORRE, Carlos (Ed.). *The Routledge Handbook of Global Populism*. London: Routledge, 2019.
11. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *National populism: The revolt against liberal democracy*. London: Penguin, 2018.
12. FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
13. FUREDI, Frank. *Politics of fear: Beyond left and right*. London: Continuum, 2005.
14. GIDRON, Noam; BONIKOWSKI, Bart. *Varieties of populism: Literature review and research agenda*. Harvard University, 2013. (Working Paper Series).
15. HABERMAS, Jürgen. *The lure of technocracy*. Cambridge: Polity Press, 2015.

16. HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert. *Backsliding: Democratic regress in the contemporary world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
17. HAY, Colin. Crisis and the structural transformation of the State. *British Journal of Politics and International Relations*, v. 1, n. 3, p. 317-344, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-856X.00018>
18. IGNAZI, Piero. *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
19. JØRGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. *Discourse analysis as theory and method*. London: Sage, 2002.
20. KRIESI, Hanspeter; PAPPAS, Takis (Eds.). *European populism in the shadow of the Great Recession*. Colchester: ECPR Press, 2024.
21. KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: An introduction to its methodology*. 4th ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.
22. LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. London: Verso, 2005.
23. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*. New York: Crown, 2018.
24. MAYRING, Philipp. *Qualitative content analysis: Theoretical foundation, basic procedures and software solution*. Klagenfurt, 2014.
25. MOFFITT, Benjamin. *The global rise of populism: Performance, political style and representation*. Stanford: Stanford University Press, 2016.
26. MOUNK, Yascha. *The people vs. democracy: Why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
27. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
28. MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press, 2017.
29. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
30. PAPPAS, Takis. *Populism and liberal democracy: A comparative and theoretical analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
31. PIERRE-ANDRÉ, Taguieff. *Sur la Nouvelle droite*. Jalons d'une analyse critique. Paris: Descartes et Cie, 1994.
32. URBINATI, Nadia. *Me the people: How populism transforms democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
33. VAN DIJK, Teun A. *Ideology: A multidisciplinary approach*. London: Sage, 1998.
34. WODAK, Ruth. *The politics of fear: The shameless normalization of far-right discourse*. 2020.
35. WODAK, Ruth. *The politics of fear: What right-wing populist discourses mean*. London: Sage, 2015.

Submissão em 30 de novembro de 2025.

Aceito em 28 de fevereiro de 2026.

